



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR – FAPS

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FAPS

ATA Nº 05/2014

Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e quatorze, às nove horas e onze minutos, na Sala de Reuniões do Instituto, em Reunião Extraordinária, verificado o quórum, reuniram-se os seguintes membros do Conselho Deliberativo do FAPS: José Carlos Matos e Paulo Ivan Rodrigues Vega conselheiros titulares, juntamente com os conselheiros suplentes, Rosane de Fátima Carneiro; Rosângela Palmira Della Vecchia; Luciane Maraschin e Gevaldino Souza de Oliveira. Tendo em vista a ausência dos Conselheiros Marcelo, Gilberto, Edelman e Terezinha, os Conselheiros Rosane, Rosângela, Luciane e Gevaldino assumem a titularidade nesta reunião. José Carlos informou que o Conselheiro Brando juntamente com o Presidente do IPAM encontra-se, em Porto Alegre, no Congresso de Previdência promovido pela AGIP – Associação Gaúcha de Instituições de Previdência Pública e pelo IPE – Instituto de Previdência Estadual. Foram convidados a participar da reunião Vinicius de Vargas Bacichetto, Diretor Financeiro do FAPS, e Maria Cristiane Vieira da Silva, membro do Conselho Fiscal do FAPS. O Presidente do Conselho, Sr. José Carlos Matos, iniciou a reunião com a leitura e apreciação da pauta: cálculo atuarial do Banco do Brasil e assuntos gerais. A pauta foi aprovada por unanimidade. Em seguida foi passado para o primeiro ponto da pauta que se refere ao cálculo atuarial do Banco do Brasil. José Carlos repetiu o que falou em outros momentos, ou seja, ele não acredita mais nos encaminhamentos feitos pelo IPAM e reforçou que a Administração através, do nosso Presidente e do nosso Secretário da Fazenda estão "fora da casinha". Ele lamentou ter que usar um termo tão vulgar, mas a forma como está sendo encaminhado que o leva a esta conclusão, lamentável a forma como chegou o relatório do Banco do Brasil, que não está completo, segundo o Diretor Financeiro do FAPS, pois faltam os índices. Além de não ter alguém para explicar o referido estudo. José Carlos lembrou que, no ano passado, infelizmente, consumimos o COMPREV, a arrecadação mensal e, as nossas aplicações, que em virtude do momento econômico estão negativas. Ele comentou que, ao ler o relatório, ficou preocupado com a avaliação atuarial de 2014 (dois mil e quatorze), pois são folhas que não estão timbradas, além de que a conclusão que o Banco do Brasil chegou, do cálculo do Fardin, deveria ser feita pela Direção do IPAM, pelo Conselho Deliberativo, pelo Comitê de Investimento e Diretores. José Carlos comentou que pelo que está sabendo, no dia 20 (vinte) de março do corrente este estudo será apresentado para o Executivo. Ele falou que conforme a Conselheira Luciane falou, antes, se não fizermos nada em 2017 (dois mil e dezessete) teremos o nosso plano exaurido. Luciane disse que isso fica explicado, um pouquinho melhor, através da tabela que consta na página 41 (quarenta e um) que se refere ao número de aposentados, pois se este número que está previsto se concretizar, em pouco tempo, dobraria o gasto com a folha de pagamento. Cristiane acrescentou que o que as pessoas estão aguardando é a incorporação do RTC, que será um desfalque para o FAPS, pois representa aumento de 33% (trinta e três por cento) com contribuição de 5 (cinco) anos, sendo que o servidor irá receber o resto da vida. Rosângela comentou que o RTC surgiu no "pacotão" do Sartori. Para ela a situação que o IPAM e o FAPS estão enfrentando, é uma opção política que está sendo adotada de "desmonte" do nosso plano de saúde e da nossa previdência. Ela questionou se o Presidente do Conselho, José Carlos, foi convidado a participar da reunião com o Executivo para a apresentação da proposta ou se as coisas estão acontecendo única e exclusivamente entre Presidente e Prefeitura, sem passar pelo conhecimento do Conselho. José Carlos comentou que na última reunião ficou muito claro que esta avaliação iria diretamente para o Executivo sem sequer passar por este Conselho, quanto mais este Presidente ou qualquer Conselheiro fazer parte da reunião com os membros da Administração. Rosângela falou que isso é um total desrespeito com este Conselho. Para José Carlos, total desrespeito é pouco, faltam palavras para dizer "a quantas" andam a representatividade e a responsabilidade que este Conselho tem e, que nada é ouvido, nada é feito e nada é encaminhado. Ele lembrou que, aqui no FAPS, a despesa é do Executivo a curto, médio e longo prazo, em outras palavras, se as providências cabíveis não forem tomadas vai chegar um determinado momento que um Governo, seja ele qual for, por irresponsabilidade dos gestores atuais ou anteriores vai ter que "puxar" todo o seu dinheiro só para pagar servidor público. Vinicius esclareceu que já imaginávamos que este estudo do cálculo atuarial, do Banco do Brasil, viria desta forma e questionou se algum dos Conselheiros tinha uma ideia de que o IPAM estaria bem. Ele acrescentou que em relação a apresentação foi comentado, na

MARCIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

última reunião, que o relatório seria encaminhado para o Instituto até o dia quatorze de março, sendo que o mesmo foi recebido às dezoito horas e cinco minutos. Vinícius lembrou aos Conselheiros que, nesta mesma reunião, eles viriam para fazer a apresentação ao Executivo deste relatório e, que, ele por estar participando pela primeira vez da elaboração de um cálculo atuarial, realmente se passou, no sentido de dizer "vamos passar" para o Conselho Deliberativo, por isso esta reunião extraordinária. Ele acrescentou que ainda, naquele momento, não havia sido agendada a reunião com o Executivo e, que ficou sabendo por que ele questionou o Presidente do IPAM, que ainda na semana passada, havia agendado uma reunião, no dia 20 (vinte) de março, às 14 (quatorze) horas, na Administração para ele apresentar o estudo. Vinícius lembrou que, naquela reunião, ficou do Presidente agendar a mesma e que em função da agenda do atuário que iria apresentar foi mudado o horário para às 15 (quinze) horas. Luciane disse que foi em função dos horários dos voos tendo em vista que ele vem de Brasília. José Carlos comentou que existia sim a ideia de que seria realizada uma reunião extraordinária, mas ressaltou que sua colocação em relação ao relatório é o fato de que, na última, no entendimento do Presidente do IPAM, não teria que passar por este Conselho, porque estaríamos criando uma despesa e, que teria que primeiro passar para a Administração. José Carlos reforçou que sua colocação é referente à posição do Presidente do IPAM e não a do Diretor Financeiro do FAPS. Luciane acrescentou que quando estavam montando o cálculo estava claro que tinha que passar pelo Conselho, mas que o presidente do Instituto não tem este entendimento. Vinícius pontuou que o Banco do Brasil virá apresentar os dados para a Secretária Jaqueline, o Secretário Búrgio e o Secretário Marrachinho, mas que a presença do Prefeito ainda não foi confirmada. No entanto ele falou no Gabinete que é interessante a presença dele nesta reunião e, que respeita e admira muito o José Carlos, mas que na última reunião ele afirmou que não tinha interesse em participar na reunião com o Banco do Brasil, tanto que o Conselho Fiscal do FAPS foi conversar com o João Carlos e solicitou para participar nesta reunião e ele disse que iria verificar a possibilidade deles participarem. Vinícius falou com o Presidente que acreditava que era importante abrir esta reunião tanto para o Conselho Deliberativo quanto para o Conselho Fiscal do FAPS, não como forma de debate, mas como ouvintes do relatório para saber a situação do FAPS. Ele acredita que para resolvermos a situação temos que ter a colaboração de todos e salientou que entende e respeita a posição do José Carlos, mas não pode aceitar que seja dito como se não tivesse sido feito o convite. José Carlos esclareceu que este posicionamento é pessoal, dele enquanto conselheiro, e, que é no que diz respeito a ir lá ao Banco do Brasil ou fazer a videoconferência, pois no seu entendimento o correto era ter alguém aqui, hoje, do banco para esclarecer o relatório. José Carlos acrescentou que para ele ir ou não na reunião não faz diferença nenhuma, mas como é um Conselho tem outras pessoas que, talvez, tenham interesse em participar, além de que a forma como o Governo trata o IPAM e conseqüentemente este Conselho é vergonhosa, ou seja, não faz diferença nenhuma ele ir ou não lá, pois o que será feito é o que vier na cabeça do Governo independente do que este ou qualquer outro Conselho venha a resolver. Vinícius informou que recebeu, ontem às 18 (dezoito) horas e 30 (trinta) minutos, outros estudos, os quais ele esclareceu e encaminhará após a reunião para todos os Conselheiros. Ele comentou que em relação a segregação de massa ela é utilizada em último caso, nos casos emergenciais onde o RPPS não tem mais volta, ou seja, não é a solução. Vinícius informou que foi questionado, também, pelo Banco do Brasil, da possibilidade dos benefícios especiais (auxílio doença e auxílio maternidade) retornarem para o ente. Ele acreditava que política e financeiramente, talvez, não fosse possível. No entanto a administração solicitou que este estudo fosse realizado e apresentado para eles. Vinícius pontuou que, conforme consta nos gráficos, 1/3 (um terço) dos ativos atuais irão se aposentar em mais ou menos três anos, ou seja, irão se aposentar servidores com um salário mais alto e, em contrapartida, serão nomeados servidores ganhando o mínimo. Em outras palavras, o passivo atuarial vai começar a ser repassado numa folha inferior ao que recebemos hoje e, ele aposta que o Município irá fazer alguma coisa e não irá acabar com o fundo. Luciane reforçou a colocação do Vinícius, pois se o Governo não tomar alguma providência o CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária não será renovada em julho. Gevaldino disse que se o Vinícius, que é CC, ficou apavorado com os dados apresentados imagina os Conselheiros que são servidores e, reforçou que temos que tomar uma atitude, pois é nossa obrigação, além de ficar com nossa consciência tranquila sabendo que fizemos a nossa parte. Rosângela solicitou que conste em ata que faz muito tempo que está sendo discutido sobre o FAPS e que faltou um pouco de seriedade, talvez, competência na administração, para resolver esta situação, pois lembra que em uma reunião foi dito que a preocupação era de resolver o problema somente até 2017 (dois mil e dezessete), ou seja, não estão preocupados em resolver a situação. Ela comentou que não compartilha desse otimismo, do Vinícius, de que agora a Administração fará algo, pois se eles tomarem alguma atitude provavelmente irá sobrar para o funcionário, por erros sucessivos que eles vêm cometendo por falta de informação, por falta de quererem entender a situação, por falta de comprometimento e de competência porque quando se assume uma administração e tem problemas a resolver o mínimo que é exigido é que a pessoa vá a

4
Luciane
Gevaldino
Rosângela
MARCIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

fundo para saber como funciona e, não parece que aconteça isso por parte dos Secretários e do Prefeito, tanto que ela lembra que no Seminário Técnico do IPAM, no discurso do Prefeito ele dizia "Vocês resolvam o que querem fazer e eu assino em baixo", isso é mais um indicativo de que ele não tinha a menor noção de como funciona, do que estava acontecendo, pois a gente nunca diz um "negócio" destes, pois não vai ser cumprido. Em outras palavras ele assumiu uma mentira em público e o que a deixou mais preocupada ainda é que está passando direto do Banco para a Administração e este Conselho está como mero expectador, figurinha de presépio, o Conselho perdeu a função dele, perdeu a autonomia. Rosângela disse que não temos o porquê de estarmos reunidos porque a "coisa" tá passando direito e não ficamos sabendo e, não adianta ficarmos bancando os palhaços e, é realmente desesperador e, principalmente nesta questão de que se isso quem vai ter que assumir se der algum problema é a administração é mais um indício de que eles não tão nem aí com quem vêm adiante. José Carlos comentou que foi tomada uma decisão, por este Conselho, no ano passado que deu toda aquela repercussão de reajuste e, aí foi feito um novo estudo, e salientou que a Administração tem o seu atuário que irá apresentar outro estudo e, tudo, além da perda de tempo é para chegar a conclusão de que temos que aumentar a alíquota. Tendo em vista o exposto acima, o seu voto, hoje, é a abstenção, pois o que ele tinha que votar votou no ano passado. Vinícius ponderou que a situação atual do FAPS não vem deste Governo e que todos sabem que ele vem desde a sua criação e ele não vai aceitar que falem porque estourou agora, pois poderia ter estourado na administração passada. Rosane acrescentou que já estava estourando apenas não foi tomada a atitude. Vinícius reforçou que em relação a reunião agendada para o dia vinte ele pediu para o Presidente do Instituto que verificasse a possibilidade dos Conselhos participarem. Salientou que estamos conhecendo outro cálculo e não sabe se cabe, neste momento, o Conselho votar porque virão novas simulações. Para ele, o mais adequado, talvez, seja aguardar as novas informações e, após, agendar uma reunião extraordinária. Cristiane questionou o porquê ligar para a Administração para pedir autorização para o Conselho participar da reunião. Vinícius esclareceu que não era para pedir autorização, mas para verificar o tamanho do local onde será realizada a reunião para averiguar a quantidade de pessoas que poderiam participar. Cristiane comentou que nesta situação o IPAM deveria se impor, ou seja, informar quem vai participar da reunião e o Governo organizaria o local em função da quantidade de participantes porque é muito importante a participação dos Conselhos. Luciane sugeriu que seja formalizado ao Gabinete, através de um ofício, que no dia 20 (vinte) de março será apresentado um estudo/proposta de cálculo atuarial, visando que fique registrado que foi apresentado para eles. Rosângela voltou a repetir que seria muito importante que este Conselho elabore um documento encaminhado ao Governo, protocolado, fazendo uma retrospectiva de todas as apresentações que foram realizadas visando a solução do problema atual, ficando documentado que este Conselho não ficou nem parado, nem omisso à situação do FAPS. Luciane informou que o Tribunal de Contas do Estado solicitou que fosse juntado os documentos que comprovem que o Conselho Deliberativo encaminhou ao Executivo informações sobre o problema atuarial do FAPS. José Carlos é contrário a emissão deste documento, mas enquanto Presidente ele coloca em votação, porque se encaminharmos este documento é a mesma coisa que dizer que é uma decisão desde Conselho. Paulo sugeriu que este documento, já que não foi encaminhado ao Governo em tantas oportunidades que existiram, deverá ser encaminhado para o Presidente do IPAM, para apreciação e, fica a critério dele encaminhar ou não para o Executivo. Foram colocado em votação as duas propostas, sendo que para oficial o Presidente do IPAM, ficou da seguinte forma: a) a favor: cinco votos (Gevaldino, Luciane, Paulo, Rosângela e Rosane). b) abstenção: um voto (José Carlos). Vinícius falou que irá conversar com o Presidente do IPAM para que o mesmo convide os Conselhos Deliberativo e Fiscal para participarem da apresentação, do cálculo do Banco do Brasil, para o Governo. Rosângela disse que não é ele quem deveria decidir quem vai ou não, deveria ser automático tendo em vista a importância deste Conselho. Vinícius disse que se o Conselho não concordar com o que foi proposto por ele, os membros deveriam deliberar quem são os Conselheiros que irão participar na referida reunião. José Carlos disse que os Conselheiros podem decidir quem vai ou não, pois nós decidimos aqui. Isso é uma prerrogativa dos Conselheiros, o que não impede de votarmos num Conselheiro para representar este Conselho. Paulo pontuou que quem vai decidir qual será o cálculo que vai ser feito é o Executivo e a Administração solicitou outro cálculo. Ele questionou: o que adiantaria nós irmos até lá neste momento? Porque ele não vai se esforçar para conhecer o cálculo apresentado pelo Banco do Brasil se a Administração tem atualmente o apresentado pelo antigo atuário do FAPS. Este que será apresentado no dia vinte é o que o atuário do Banco do Brasil vai apresentar. Rosângela sugeriu que os Conselheiros façam uma carta de renúncia. Vinícius esclareceu que se os Conselheiros fizerem esta carta eles estarão renunciando aos seus direitos dentro do Conselho, vão estar se omitindo. Rosângela questionou quais os direitos que os Conselheiros têm hoje. Cristiane acrescentou que se renunciarem eles estarão se omitindo de fazer alguma coisa. José Carlos disse que então ficará como está. Nos assuntos gerais: a) José Carlos

4
[Handwritten signatures and initials]



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

informou aos Conselheiros que, até o presente momento, o Presidente do IPAM, não entrou em contato com o Poder Executivo Municipal, nem emitiu a portaria para nomeação da Comissão Eleitoral. Ficou decidido que o Presidente do IPAM será oficializado sobre o que está previsto no artigo nº 105 (cento e cinco), do Decreto nº 12.655 (doze mil, seiscentos e cinquenta e cinco), datado de 27 (vinte e sete) de novembro de 2005 (dois mil e cinco). **b)** José Carlos falou que a resolução de rateio, não foi aprovada, pois na última reunião do Conselho Gestor não houve quórum. **c)** José Carlos informou que nenhum documento foi emitido no que diz respeito à substituição dos Conselheiros. **d)** Rosângela comentou que na última reunião dos Conselhos no Sindicato eles se colocaram a disposição para auxiliar nas eleições, inclusive disponibilizando os carros. José Carlos comentou que o Wagner é o representante do SINDISERV e, que quando for agendada a primeira reunião, com certeza, necessitaremos de ajuda. **e)** Vinicius informou que o João Batista entregou para ele os processos dos cedidos com pendências previdenciárias (que o Vinicius encaminhou com os cálculos) e, que nesta semana fez todas as notificações aos servidores e a Prefeitura pelo passivo atuarial. Ele acrescentou que um servidor entrou com recurso porque questiona o débito, pois ele contribuiu para o INSS. **f)** José Carlos lamentou a forma como estão sendo realizados os encaminhamentos e acrescentou que, em outras administrações, o que era decidido em reunião era encaminhado. Ele ressaltou que a partir do momento que temos que oficializar o Presidente do IPAM de situações deliberadas em reuniões, onde o mesmo encontra-se presente, no mínimo, é lamentável. José Carlos pontuou que fizemos a nossa parte, pois no momento que chegou neste Conselho os dados e os números da situação financeira do FAPS realizamos os encaminhamentos que se fizeram necessários, ou seja, encaminhamos propostas, ideias e soluções. Ele ressaltou que pelo que entendeu o Executivo passará o passivo para as próximas gestões e não irá mexer nisso agora e, que ele não concorda que o que foi decidido neste Conselho não teve encaminhamento e ele recebeu do Sindicato um folder dizendo que este Conselho aprovou o aumento de alíquota. José Carlos disse que politicamente ele e o Conselho são cobrados porque aprovaram o aumento de alíquota e, que agora está sendo apresentado um aumento maior ainda de alíquota. Ele reforçou que este Conselho fez a sua parte, bem ou mal, quando as informações chegaram aqui, além de que tentaremos ajudar os próximos conselheiros da melhor maneira possível e esperando que eles consigam fazer um trabalho para que o FAPS não quebre. Rosane solicitou que conste em ata na íntegra que: "aprovamos aumentos, aumentos e aumentos e a agente teve aumento real de um por cento, eu aqui não represento o Sindicato eu represento os colegas, entre aspas. Nem cabe agora, nem adianta mais que o atuário não fez. Aumenta, aumenta e tu não tem retorno destes aumentos. Agora mesmo no Conselho Gestor foi aumentado o valor das consultas e, que médico tu tem no IPAM porque ontem eu fui no Hospital Saúde e tive que pagar o médico particular, no valor de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais). É difícil passar para a categoria um aumento do IPAM, que vem ano a ano caindo numa degradação total. Dizer que o IPAM ou o FAPS acabaram agora, não acabou. O maior exemplo de comodismo e de falta de bom senso foi o Machado que ficou quatro anos aqui, literalmente, só ganhando e não encaminhou nada, absolutamente nada. Não estou defendendo o João, pois já disse pra ele, em particular, não conheço ele, não sou amigo dele, mas acho que ele não tem competência para o cargo e ele deveria ter dito isso. Deveria ter dito aquilo que dissemos na escola "dá um tempinho" e pede para sair, mas a culpa neste momento não é dele, temos que estar conscientes do que estamos votando. Eu não voto aumento porque acho que aumento tem que ser discutido e analisado, não pode ser assim. Os servidores tem um por cento de aumento "miado", sofrido e em seguida vai dois por cento de desconto. Vamos combinar né eu não voto em aumento e não to falando em nome do Sindicato." Rosane acrescentou que temos que fazer valer a nossa representação de alguma forma. **g)** Paulo disse que a coisa tá muito feia e não acredita que esta administração vai levar para ela o mérito de dizer que foi nesta gestão que o Instituto vai acabar. Vinicius concorda com o Paulo de que a Administração fará alguma coisa. Ficou decidido que o Presidente do IPAM será oficializado sobre o que está previsto no artigo nº 105 (cento e cinco), do Decreto nº 12.655 (doze mil, seiscentos e cinquenta e cinco), datado de 27 (vinte e sete) de novembro de 2005 (dois mil e cinco). Tendo em vista que até o presente momento, o Presidente do IPAM, não entrou em contato com o Poder Executivo Municipal, nem emitiu a portaria para nomeação da Comissão Eleitoral. Nada mais havendo a relatar eu, Márcia de Araujo, encerro a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes.

MÁRCIA ARAUJO
Rosângela Della
Araujo